

Veto de Sarney à lei orçamentária forçará negociação

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney tem um último recurso para modificar o orçamento da União aprovado pelo Congresso: vetar a lei orçamentária no próximo dia 16. Com vetos parciais, ele poderá adequar o orçamento ao seu projeto, cortando despesas acrescidas pelo Congresso. Para derrubar os vetos, numa convocação extraordinária, o Congresso precisaria de 280 votos (maioria absoluta), praticamente impossível durante o recesso.

A possibilidade de vetos parciais está prevista no parágrafo oitavo do artigo 166 da Constituição, que trata do orçamento da União. Este dispositivo estabelece: "Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto da lei orçamentária, ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados mediante créditos especiais, com prévia e específica autorização legislativa".

Isto significa que, ao cortar despesas, o Presidente conseguiria uma sobra de recursos no orçamento. Mas sua vitória seria parcial, porque esses recursos não poderiam ser utilizados livremente, apenas mediante créditos especiais, aprovados pelo Congresso. Seria necessário, então, iniciar nova negociação com o Legislativo. Não é a solução definitiva, mas é uma arma a ser usada pelo Executivo.

Sarney considerou "uma violência" a decisão da Comissão de Orçamento do Congresso de adotar seu último projeto como emenda e propor alterações que podem comprometer a meta de zerar o déficit público, um entendimento feito no pacto social. No entender do Presidente, "o

Congresso subverteu tudo e parte agora para um confronto permanente com o Executivo".

O desabafo foi feito em conversa com Governadores e parlamentares de sua intimidade, aos quais disse que está disposto a vetar todas as alterações decididas pelo Congresso que venham a afetar o compromisso de zerar o déficit. Além disso, segundo assessores, Sarney está recebendo pressões de empresários que ameaçam deixar o pacto social, caso o Governo aceite o aumento do déficit.

O Governo ainda não tem uma estratégia para vencer a batalha do orçamento no plenário do Congresso, mas espera que os líderes que lhe dão apoio mobilizem suas bancadas. Segundo um parlamentar que almoçou ontem com Sarney, no Palácio da Alvorada, o Governo considera inevitável a aprovação do relatório do Senador Almir Gabriel na Comissão e, apesar de concentrar todos os esforços, acha também difícil que o plenário não acompanhe a decisão da Comissão de Orçamento.

Sarney considerou um absurdo a questão do orçamento ter se transformado numa discussão apenas com vistas à rolagem da dívida dos Estados. Além disso, não gostou da proposta da Comissão. O Executivo pretendia receber dos Estados e Municípios CZ\$ 550 bilhões, mas o Congresso só vai lhe assegurar uma receita de CZ\$ 68 bilhões — CZ\$ 458 bilhões a menos do que estabelecia seu projeto, que prevê o pagamento, pelos Estados, de 25% de toda a dívida vencida e a vencer no próximo ano.